



## PARECER JURÍDICO

**Ref.: PROJETO DE LEI N.º 35/2023**

**INICIATIVA DO VEREADOR: SEBASTIÃO ARY CORRÊA (ARY CORRÊA)**

A MESA DIRETORA

Senhor Presidente,

O presente projeto, de autoria do edil SEBASTIÃO ARY CORRÊA (ARY CORRÊA) “**DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA DE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

O art. 1º do projeto dispõe sobre, “*Fica denominada **RUA ALDO PEREIRA DE OLIVEIRA**, a rua projetada (sequencial 10131), iniciando na rua Luiz Serrinha e terminando na **Rua José Luiz Volpato**, antiga rua projetada (sequencial 8603), Bairro: Alto União, na localidade de Lambari.*”.

Sob o aspecto formal, o projeto em questão encontra-se adequado às hipóteses de competência constitucional do Poder Legislativo Municipal para iniciativa da matéria, conforme preceitua o art. 30 da Carta Magna, transcrito abaixo:

Art. 30. Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Dessa forma, a matéria abriga-se nas competências legislativas municipais, não havendo óbice à sua propositura.

Nota-se que a proposta atende aos requisitos exigidos na Lei nº 5445/2003 quanto a denominação dos bairros e logradouros da área urbana da sede do município. Vale observar que os requisitos expressos no artigo 4º, III, encontram-se preenchidos nos anexos do projeto.

**Art. 4º** As Leis Municipais que tratam da denominação dos bairros e logradouros públicos deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





**Câmara  
Municipal**  
de Cachoeiro de Itapemirim

Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro  
Cachoeiro de Itapemirim/ES  
CEP: 29300-170  
Contato: +55 28 3526-5622  
e-mail: [procuradoria@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br](mailto:procuradoria@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br)

III - instruções expedidas pelo órgão competente da municipalidade sobre a regularização do logradouro a ser denominado e do bairro onde ele se situa, bem como a descrição da sua localização em relação ao entorno, indicando para cada caso, as vias adjacentes situadas nas extremidades.

Desta feita, não foram constatados vícios no referido projeto, sendo assim, orientamos pelo regular prosseguimento. Isto exposto, pelo envio da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise e devidas considerações.

É o parecer, s.m.j.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 31 de maio de 2023.

**ALEX VAILLANT FARIAS**  
**Procurador Legislativo Geral**  
**OAB/ES 13.356**

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”

Portal da Câmara  
[www.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br](http://www.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br)

Processo Legislativo  
<http://nopapercloud.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br>

Transparência  
[www.transparencia.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br/](http://www.transparencia.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br/)



Autenticar documento em <https://cachoeiro.nopapercloud.com.br/spl/autenticidade> com o identificador 390036003500310035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

